



**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ELDERADO DO CARAJÁS**  
Assessoria Jurídica

**PARECER JURÍDICO:** 024/2022  
**CONSULENTE:** Comissão de Justiça e Redação  
Comissão de Finanças e Orçamento  
Comissão de Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social.  
**PROPOSIÇÃO:** Projeto de Lei Ordinária do Executivo sob o nº 014 de 2022.  
**AUTORIA:** Prefeita Iara Braga Miranda.  
**EMENTA:** Concede recomposição salarial a servidores municipais do cargo de Assistente Administrativo I, ligados ao Plano de Cargos, Carreira e Remuneração da Educação Pública Municipal e dá outras providências.

## **I – RELATÓRIO**

Vem ao exame desta Assessoria Jurídica Legislativa o Projeto de Lei Ordinária nº 014/2022, de autoria da Prefeita Iara Braga Miranda, qual pretende realizar um reajuste salarial a servidores municipais do cargo de Assistente Administrativo I, ligados na área da educação no Município de Eldorado do Carajás no importe de 10,06%.

Consoante página destinada a Justificativa do projeto, o nobre Prefeita trata-se de reajuste/recomposição salarial que busca compensar as perdas inflacionárias apuradas no período de 01/2021 a 12/2021, que acabaram por consumir o poder aquisitivo do salário dos referidos servidores públicos municipais efetivos ligados a Educação.

É em síntese o necessário, passamos para a análise e manifestação.

## **II – PARECER**

### **A) QUANTO A CONSTITUCIONALIDADE**

O artigo 18 da Constituição Federal de 1988, inaugurando o tema da organização do

*Sílvio Roberto*



**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS**

Assessoria Jurídica

Estado, prevê que “A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, **todos autônomos**, nos termos desta Constituição.” O termo “autonomia política”, sob o ponto de vista jurídico, congrega um conjunto de capacidades conferidas aos entes federados para instituir a sua organização, legislação, administração e governo próprios.

A autoadministração e a autolegislação, contemplando o conjunto de competências materiais e legislativas previstas na Constituição Federal para os Municípios, é tratada no artigo 30 da Lei Maior, nos seguintes termos:

Art. 30. Compete aos Municípios:

- I - legislar sobre assuntos de interesse local;
- II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

A Constituição do Estado do Pará, por extensão, reproduziu esse regramento, consoante dispõe o artigo 56 da Carta Paraense, “*in verbis*”:

Art. 56. Além do exercício da competência comum com a União e o Estado e de sua competência tributária, prevista na Constituição Federal, compete aos Municípios:

- I - legislar sobre assuntos de interesse local;
- II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

Portanto, o Projeto de Lei Ordinária sob o nº 014 de 2022, de autoria da Prefeita Iara Braga, está em ordem e, **não esbarra nos ditames constitucionais**, não havendo qualquer óbice jurídico.

**B) QUANTO A LEGALIDADE**

O Projeto de Lei Ordinária nº 014/2022 em análise, qual buscar dar um reajuste aos Assistentes Administrativos I ligados à área da educação, encontra-se amparo na legislação local, visto que nossa Lei Orgânica do Município, no artigo 47, § 3º, preconiza que:

Sinide P. P. P.





**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS**  
Assessoria Jurídica

Art. 47. A iniciativa da Leis complementares e ordinária, cabe a qualquer membro, comissão ou Mesa da Câmara Municipal.  
[...]

§ 3º - São de iniciativa privativa do Prefeito, os Projetos de Lei que disponham sobre:

I – Criação de cargos, funções ou empregos públicos, na administração direta e autárquica ou que aumentem a sua remuneração;

[...]

III – Criação, estruturação e atribuição das Secretarias Municipais Anuais e de créditos Administração Pública;

Parágrafo Único – Não é permitido ao Legislativo Municipal a elaboração ou a alteração de Leis que impliquem em aumento de despesas para o Município.

Como se vê, o projeto de lei em questão, acresce atribuição ao Poder Executivo, pois cria despesa, haja vista o aumento salarial (o vencimento). Logo, não viola o padrão constitucional vigente, por tratar-se de matéria de interesse local. **Porém por criar cargos é necessário que haja no processo em tramite uma estimativa do impacto orçamentário-financeiro.** Neste passo é a Lei de Responsabilidade Fiscal em seu art. 16, inciso I, “*in verbis*”:

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de: (Vide ADI 6357)

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

Deste modo, verifico que a Prefeita, anexa ao seu projeto, além da Justificativa, o impacto orçamentário financeiro, mostrando adequação a LOA, bem como ao PPA. Além do mais, a de se

*Silvia*



**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS**

Assessoria Jurídica

observar que a Municipalidade está recebendo valores complementares do VAAT e VAAF, este que possibilitaram o reajuste ora, postulado.

Cumpre ainda dizer, que a Prefeita utiliza por simetria o reajuste tivera origem na **Portaria nº 67, de 4 de fevereiro de 2022** que define e confirma o piso salarial nacional do magistério para o valor de R\$ 3.845,63 (três mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e sessenta e três centavos), concedendo reajuste de 33,24% (trinta e três inteiros e vinte e quatro centésimos por cento), conforme disposto na legislação em vigor, dessa forma definindo o novo piso de professores do MEC para 2022. E, neste Município foi dado o reajuste aos professores no percentual 10,06% (conforme Lei Municipal nº 490/2022).

Neste passo, quanto ao aspecto legal, o projeto tem amparo pela Constituição Federal em seu art. 30, e pela Constituição Estadual do Pará em seu art. 56, I, bem como na Lei Orgânica de nosso Município em seu artigo 47, § 3º, inciso I e III.

**C) DA RECOMENDAÇÃO**

Quanto as recomendações, há duas a se fazem:

**Correção 1:** Primeira: Percebo que a escrita por extenso da porcentagem está de forma equivocada. Assim necessário sua correção, para tanto explico:

Há diversas regras importantes e interessantes para a leitura dos numerais e para sua escrita por extenso, como, por exemplo, a que determina a interposição da conjunção e entre as centenas e as dezenas e entre estas e as unidades. Em decorrência dela é que o número 1.362.485 é lido e escrito por extenso do seguinte modo: um milhão trezentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e oitenta e cinco. **No caso da porcentagem**, o mais lógico é pensar, por primeiro, na existência de um modo mais conceitual e apurado de dizer e escrever.

*(Simão) Red*





**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS**

Assessoria Jurídica

Dito isto, a forma que veio no artigo 1º do projeto está:

- 10,06% - E está escrito por extenso: “dez virgula zero seis por cento”.

Enquanto o correto é:

- 10,06% - Sendo escrito por extenso: **dez inteiros e seis centésimos por cento.**

Observe-se, por fim, que, obedecidas certas regras mínimas de correção, não parece adequado entender que as normas de Gramática devam vir para atrapalhar o presente Projeto de Lei, e sim, muito mais, para ordenar o modo de escrever e falar, a fim de que a escrita e a fala sejam efetivos instrumentos para transmissão das ideias.

Correção 2: Deverá ser corrido os artigos 2º e 3º, pois sua a unidade básica de articulação será o artigo, e deve ser indicado pela abreviatura "Art.", conforme determinação do inciso I, do art. 10, da Lei Complementar nº 95/98.

Desta forma, a Comissão de Justiça e Redação ao elaborar a redação final do texto de Lei deverá substituir no artigo 1º o texto por extenso dos 10,06% para o indicado acima, bem como a unidade dos artigos 2º e 3º, conforme explicado no parágrafo anterior.

### **III – CONCLUSÃO**

Em face do exposto, o Projeto de Lei Ordinária sob o nº 014/2022 do Poder Executivo, está em obediência às normas legais, devendo apenas por questão de estética, corrigir a forma coloquial para a clássica no valor por extenso dos 10,06%. E a unidade básica dos artigos 2º e 3º. Desta forma, esta Assessoria Jurídica opina pela legalidade e constitucionalidade do presente Projeto de Lei.

**Consideração finais:** Cumpre dizer que, trata-se de um parecer opinativo, ou seja, tem caráter técnico-opinativo que **não impede a tramitação e até mesmo consequente aprovação.** Nesse sentido é o entendimento do Supremo Tribunal Federal que, de forma específica, já expôs

*Sílvio Roberto*



**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS**  
Assessoria Jurídica

a sua posição a respeito, “*in verbis*”:

“O parecer emitido por procurador ou advogado de órgão da administração pública não é ato administrativo. Nada mais é do que a opinião emitida pelo operador do direito, opinião técnico-jurídica, que orientará o administrador na tomada da decisão, na prática do ato administrativo, que se constitui na execução ex officio da lei. Na oportunidade do julgamento, porquanto envolvido na espécie simples parecer, ou seja, ato opinativo que poderia ser, ou não, considerado pelo administrador.” (Mandado de Segurança nº 24.584-1 - Distrito Federal - Relator: Min. Marco Aurélio de Mello – STF.)

É, s.m.j., o parecer desta Assessoria Jurídica.

Câmara Municipal de Eldorado do Carajás, em 16 de agosto de 2022.

Simão Pedro Alves de Almeida Júnior  
OAB/PA 18.613 – Assessor Jurídico